



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000457-10.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Naiara de Sousa Ribeiro**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NAIARA DE SOUSA RIBEIRO, já qualificada, moveu a presente ação de cobrança contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 06 de maio de 2015 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, salientando que a requerida realizou o pagamento da importância de R\$ 5.568,75, não reconhecendo integralmente os danos demonstrados na perícia administrativa, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 7.931,25.

A ré contestou o pedido sustentando carência de interesse processual da autora na medida em que não há prova de requerimento administrativo devidamente instruído para recebimento da indenização, apontando ainda a falta de laudo do IML; no mérito alegou tenha efetuado corretamente o valor do pagamento administrativamente, de acordo com as disposições legais, contestando que a invalidez da autora seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestaram-se as partes, reiterando as postulações dos autos.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 117.

No mérito, o laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho da autora, permanente, da ordem de 24,75% e é claro ao apontar a sequela: "*fraturas nos punhos direito e esquerdo*" (fls. 155).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa da autora, para o trabalho, o laudo foi claro: "*Perda leve da função de punho direito. Perda intensa do punho esquerdo. Em relação a aplicação da tabela temos: Para a perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos punhos ou dedo polegar, o percentual atribuído é de 25%. Como a gravidade da perda foi quantificada intensa no punho esquerdo obtém-se o percentual de 18,5%. Como a gravidade da perda foi quantificada leve no punho direito obtém-se o percentual de 6,25%. Na somatória obtém-se o percentual de 24,75%*" (sic. – fls. 155).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: "*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

No presente caso, portanto, a indenização que seria devida em favor da autora era de R\$ 3.341,25 (*três mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos*), correspondente ao percentual de 24,75% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00. Ocorre que a autora já recebeu administrativamente o valor de R\$ 5.568,75, ou seja, valor superior ao constatado no laudo pericial realizado, de modo que há quitação das verbas devidas em favor da autora.

A autora sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA